

# Deixem os brasileiros "construírem" o Brasil

Uma vez iniciado o processo de realinhamento geral dos preços, a questão fundamental é saber como ele será feito e quais serão as suas consequências para a economia. Não há dúvida de que os aumentos de preços desencadeados pelo Cruzado II já produziram uma aceleração do ritmo inflacionário, que deverá acelerar-se mais ainda com o descongelamento de grande número de preços industriais e do setor público. No entanto, é preciso reconhecer que esse movimento dos preços, feito quase à revelia do governo, não passa de dramático encontro com a realidade, após um período de fantasias de quase dez meses, no qual as autoridades tiveram a pretensão de conciliar uma inflação próxima de zero com o reaquecimento da economia em curso desde 1984.

Agora, já não há mais espaço para experiências heterodoxas, pois a inflação está voltando rapidamente e o governo precisa definir uma nova estratégia para substituir o Plano Cruzado. Discute-se dentro do Ministério sobre a melhor forma de fazer os inevitáveis ajustes de preços. Uma das idéias é diluir os aumentos por um período mais longo, a fim de impedir uma brusca elevação do índice inflacionário. Outra possibilidade seria autorizar todos os aumentos de uma só vez, deixando que a inflação depois se estabilize em outro patamar mais elevado, declinando mais tarde. Essa segunda alternativa nos parece a mais conveniente, pois eliminaria de imediato todas as distorções que vêm impedindo o funcionamento normal do sistema econômico.

Seria um golpe definitivo contra a economia clandestina, baseada no ágio, nas alterações de qualidade de produtos, na escassez e muitos outros problemas que vinham estrangulando a produção. Um realinhamento geral de preços, feito às claras, ainda é a melhor maneira de acabar com os abusos e de restabelecer um clima de confiança na política econômica e no futuro da economia real.

O retorno ao regime de mercado premiaria os produtores mais eficientes, além de recriar as condições mínimas para a tão necessária retomada dos investimentos privados. Porém, apesar da decisão do ministro da Fazenda de permitir a correção dos preços defasados, o setor privado corre o risco de ver as suas justas reivindicações cair na morosa burocracia do Conselho Interministerial de Preços (CIP).

É justamente para contornar essa dificuldade real — uma vez que o CIP não tem estrutura compatível com a rapidez requerida pela reavaliação dos preços industriais — que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) está interessada em definir o quanto antes como serão feitos os reajustes e qual será o seu cronograma. A expectativa dos industriais paulistas é que o CIP consiga examinar até meados de janeiro os mapas de custo de todos os setores filiados aos 111 sindicatos reunidos na Fiesp. Esses setores, como todos sabem, estão com preços congelados desde 28 de fevereiro, totalmente impossibilitados de repassar as elevações (autorizadas ou não) nos preços das matérias-primas e da mão-de-obra. Como esperar a regularização da oferta dos bens produzidos por essas empresas antes que haja um ajuste geral de preços?

Com razão, os empresários que dirigem essas indústrias argumentam não ser mais possível pensar em um reajuste de preços por etapas, como o governo pretende fazer com suas empresas, principalmente depois dos aumentos provocados pelo Cruzado II, cujo impacto inflacionário é estimado entre 10 e 15%. É inegável que a situação dessas indústrias é aflitiva, exigindo providências imediatas por parte das autoridades. Uma delas seria a redução do número de setores sob controle do CIP.

Mas que vai acontecer depois do descongelamento de preços? A escalada dos preços será passageira ou a economia se verá, de novo, diante do problema da hiperinflação? Parece claro que a resposta a essas questões vai depender do modo como o governo controlar suas próprias despesas e, sobretudo, da solução que se encontrar para o problema salarial. A ameaça de retorno da espiral preços-salários é real, pois os sindicatos — especialmente aqueles com maior poder de barganha — procurarão defender o poder aquisitivo dos salários, o que é perfeitamente justo. O importante é impedir um aumento excessivo do poder aquisitivo, o que geraria pressões inflacionárias extremamente fortes, além daquelas provenientes da atual onda de inflação corretiva.

Embora haja reconhecidas divergências no âmbito governamental, existem indicações de que pelo menos uma corrente de técnicos acredita que o atual processo de realinhamento de preços não passaria de uma "bolha inflacionária" com alguns meses de duração, pois foi desmontada na sua quase totalidade a chamada componente inercial da inflação. Outra corrente não descarta a possibilidade de se realizar um novo choque (será que a sociedade agüentaria mais uma experiência de economistas que pretendem transformá-la em laboratório para testar suas teorias?). E um terceiro grupo, mais realista, considera a idéia de um segundo choque completamente inviável, inclusive do ponto de vista político, tendo em vista que em 1987 o País estará em plena efervescência da Constituinte.

Portanto, tudo parece indicar que, na melhor das hipóteses, a sociedade brasileira deverá preparar-se para conviver com uma inflação entre 80 e 100% no ano de 1987. No entanto, para isso será preciso que o governo abandone a hesitação em matéria de política econômica que o caracterizou durante a vigência do Plano Cruzado. O melhor começo, nesta hora de redefinição de estratégia, é erradicar no prazo mais breve possível a atual desordem na área de preços, deixando espaço para a atuação das forças da oferta e da procura, isto é, para que os mercados determinem os níveis de preços e as quantidades ofertadas e demandadas. A experiência heterodoxa terminou. O jeito é colocar novamente a casa em ordem, porque a tentativa de vencer a inflação sem sacrifícios — como era de se prever — fracassou.

Chegou a hora de o ministro Funaro desistir de "construir este país", que já estava "construído" muito antes de ele chegar onde está. Ninguém "constrói um país".

Mas um mau governo pode ajudar muito aqueles que desejam destruí-lo.